

CropLife - Porta-voz: Roberto Araújo, líder de sustentabilidade e stewardship na CropLife Brasil

1 – Como a CropLife e seus associados respondem às críticas de estarem contribuindo para a contaminação e intoxicando mananciais, populações e gerando a morte de abelhas e outros insetos?

Resp.: Eventuais contaminações e intoxicações não acontecem porque esses produtos estão disponíveis. Os defensivos químicos, também chamados de pesticidas ou agrotóxicos, são ferramentas para proteger as plantas do ataque de pragas, de doenças e da matocompetição. Entretanto, assim como ocorre com qualquer tecnologia, é preciso usá-los segundo as recomendações e as boas práticas.

É exatamente por isso que a CropLife Brasil tem uma área específica que se dedica a promover a educação e a sustentabilidade no campo. O objetivo dessa frente de trabalho, da qual sou o líder, é a adoção e o uso correto das tecnologias disponíveis, reduzindo ao mínimo o risco de incidentes causados pelo uso incorreto de defensivos agrícolas. Dentre as atividades que realizamos nesse âmbito está o patrocínio do Programa de Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS). O CAS é um projeto voluntário de certificação e boas práticas na aviação agrícola, que tem como meta aumentar a responsabilidade ambiental nas aplicações de defensivos agrícolas químicos e biológicos, por meio do controle dos fatores que levam a uma pulverização eficaz e segura. O programa já conta com mais de 60 empresas certificadas e a CropLife Brasil recomenda que os agricultores e empresários do setor só contratem empresas de aviação agrícola certificadas por ele.

Além disso, a aviação agrícola no Brasil vem implementando ferramentas de agricultura de precisão, a exemplo de um sistema denominado DGPS (Sistema de Posicionamento Global Diferencial, na sigla em inglês), caracterizado pela utilização de sinais de satélites para obtenção de coordenadas geográficas precisas. Há também o crescimento de AgTechs, que oferecem serviços para registro e emissão de relatórios com análises de pulverizações aéreas.

Cabe ainda ressaltar que a aplicação aérea não é o método que prevalece para defensivos químicos. Especificamente na cana-de-açúcar, de acordo com a publicação Cenários Agrícolas Brasileiros, publicado pelo Instituto PROHUMA, na safra 2019/2020, apenas 15,3% do volume de pesticidas foi aplicado por meio da aviação agrícola. Para o cenário geral da agricultura, esse índice é ainda menor, 7,5%.

Para concluir esse tema, as autoridades brasileiras são responsáveis por regular e monitorar todo esse ecossistema. No caso da aviação agrícola, os cursos para piloto, coordenador e executores são obrigatórios desde 2008 (Instrução Normativa No 02). Esses treinamentos, abordam, por exemplo, técnicas de voo a baixa altitude, tecnologias de aplicação, planejamento da missão, segurança operacional e ambiental etc.

Uma outra atividade que fazemos na área de educação e sustentabilidade é o apoio à Associação Brasileira de Estudos das Abelhas (A.B.E.L.H.A.). A missão da A.B.E.L.H.A. é reunir, produzir e divulgar informações, com base científica, que visem à conservação da

biodiversidade brasileira e à convivência harmônica e sustentável da agricultura com as abelhas e outros polinizadores. Por meio da A.B.E.L.H.A. também são desenvolvidos treinamentos e ações educativas para promover as boas práticas apícolas e boas práticas agrícolas. Os incidentes com abelhas e outras criações, como bicho da seda, estão, em sua maioria, associados à pulverização incorreta de inseticidas, são problemas localizados e não podem ser atribuídos apenas à aviação agrícola ou ao uso de defensivos.

Além dessas ações, para promover a segurança das aplicações, sejam elas com produtos químicos ou biológicos, por método de aéreo ou qualquer outro, a indústria desenvolve há muitos anos programas gerais de educação e treinamento dos agricultores e aplicadores. Os treinamentos, que antes eram opcionais, tornaram-se obrigatórios. O governo exigirá a capacitação e o registro dos aplicadores de agrotóxicos a partir de 31/12/2026. Nesse sentido, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou o Programa Aplicador Legal em 17/03/2022 do qual a CropLife Brasil é parceira.

2 – Muitos dos ingredientes ativos utilizados nessa cultura são proibidos em outros países devido aos impactos à saúde, como relação com desenvolvimento de câncer e morte de insetos. Por que esses produtos continuam sendo produzidos e vendidos no Brasil?

Resp.: Independentemente da cultura, é preciso tomar muito cuidado com as comparações com outros países. Se essa análise for feita de uma maneira simplista, quase certamente vai levar a uma conclusão errônea. O Brasil é o único País do mundo que pratica uma agricultura competitiva e de larga escala em ambiente tropical. Isso faz com que nossas condições não sejam comparáveis a países que tem uma pequena área agrícola, nações que fazem agricultura em ambiente temperado, regiões que subsidiam a atividade etc.

Os pesticidas registrados diferem entre os países. Segundo um estudo recente, quando comparados os 279 ingredientes ativos químicos de uso agrícola registrados no Brasil para todas as culturas com o seu status regulatório na União Europeia (UE), Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, as diferenças são evidentes. Enquanto na UE, que tem uma agricultura bastante subsidiada, 136 substâncias registradas no Brasil estão aprovadas, 143 não estão. Já nos Estados Unidos e Canadá, que têm grandes áreas agrícolas, mas contam com o advento do inverno para controlar pragas, são aprovadas 218 substâncias. No Japão são 205 e na Austrália, 228 ingredientes ativos dos registrados no Brasil.

Cabe destacar, que a ausência de registro de um pesticida em um país e o seu registro em outros, não implica necessariamente que aquele ingrediente ativo tenha sido objeto de proibição por riscos à saúde ou ao meio ambiente, tampouco que possa ser proibido no Brasil sem passar por um processo de avaliação dos seus riscos.

3 – De acordo com os dados do Agrofitec, 768 agrotóxicos são autorizados para aplicação na cana-de-açúcar, contudo apenas 41 (5%) são usados na pulverização aérea nessas microrregiões. Por que há um uso de apenas 5% dos produtos disponíveis?

Resp.: O primeiro ponto a ser observado é que nem todo produto registrado no MAPA possui recomendação para ser aplicado por meio da aviação agrícola. Outra questão importante é que nem todo produto registrado no MAPA (Agrofit) está sendo comercializado.

4 – Há a obsolescência de muitos dos produtos ainda listados pelo Agrofit?

Resp.: Não há obsolescência dos produtos listados no Agrofit. O que pode acontecer é a não comercialização de produtos que estão registrados por questões relacionadas à estratégia comercial de cada empresa. Enfim, trata-se de questão mercadológica e não regulatória.

5 – Há a necessidade de aprovação de novos agrotóxicos?

Resp.: A maneira mais inteligente de olhar para a aprovação de produtos de defesa vegetal, independentemente da cultura na qual eles serão aplicados e de serem químicos ou não, é pensar que eles devem estar disponíveis no momento em que o desafio agrícola se apresentar.

Diante de uma infestação de uma praga ou de uma doença, o produtor não tem tempo para aguardar que uma solução seja desenvolvida ou aprovada. Nesse tempo, a colheita é perdida. Inclusive, a FAO [Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação] enfatiza que ocorrem anualmente de 20% a 40% de perdas na produção agrícola apenas por ataque de pragas nas lavouras.

É por isso que essas soluções têm de ser avaliadas antes de a ameaça se manifestar. Dessa maneira, é estratégico manter um ritmo consistente de aprovação de novas tecnologias de defesa vegetal, para diversificar o repertório de ferramentas à disposição do agricultor e reduzir as chances de haver uma perda na produção.

Hoje, no Brasil, os produtos demoram muito para serem avaliados e as tecnologias mais avançadas não são disponibilizadas no País a tempo de acompanharem as demandas da agricultura brasileira. Portanto, precisamos de um sistema regulatório que reflita essa realidade. Quanto mais novo o produto, mais eficiente e menos tóxico ele é. Entendemos que o projeto de lei 1459/2022, que agora está sendo analisado pelo Senado Federal, é um esforço para atualizar a legislação e garantir que tecnologias estejam disponíveis para os produtores continuarem plantando e colhendo em quantidade e qualidade suficientes.

***Outro bom exemplo de novos produtos são os biológicos. O Brasil tem mostrado protagonismo em adequar sua legislação aos produtos de origem biológica. Nos últimos dois anos, cerca de 100 produtos biológicos foram registrados para uso no País e esse número cresce a cada ano. A aplicação de produtos biológicos, por meio da aviação agrícola, na cana-de-açúcar é crescente.

6 – As condições meteorológicas brasileiras garantem uma aplicação aérea segura dos produtos, inclusive durante o verão?

Resp.: As condições climáticas no Brasil, País predominantemente tropical, são mais favoráveis do que as oferecidas em países de clima temperado. O Brasil colhe duas ou até

três safras em algumas regiões e as lavouras são cultivadas em grandes extensões de área. O Brasil possui a segunda maior frota de aeronaves agrícolas, ficando atrás apenas dos EUA. A aviação agrícola no Brasil possui regulamentação própria, sendo fiscalizada por pelo menos cinco órgãos (MAPA, ANAC, IBAMA, secretarias estaduais de meio ambiente e prefeituras, sem contar Ministério Público, CREA e outras instituições).

Basf

As soluções da BASF são seguras para os seres humanos, animais e meio ambiente sempre que utilizadas seguindo as boas práticas agrícolas e as recomendações da BASF na bula. Reforçamos nosso compromisso e responsabilidade com as boas práticas agrícolas. O uso de nossos produtos no mercado é acompanhado por programas de boas práticas e treinamentos baseados na conscientização da segurança do agricultor com o uso seguro, responsável e sustentável de defensivos agrícolas.

Além do trabalho que as equipes de campo realizam para multiplicar informações sobre o uso correto e seguro das soluções, a empresa tem parceria com consultores e pesquisadores para as recomendações dos produtos. Outra iniciativa é a participação no Programa de Habilitação de Agricultores e Aplicadores de Defensivos Agrícolas (Aplicador Legal) da CropLife Brasil e apoio a ações para o uso assertivo dos equipamentos de aplicação aérea.

O Brasil possui um rigoroso processo de registro de defensivos agrícolas, com a avaliação de três órgãos do governo federal competentes pelo tema: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que atesta a eficiência agrônômica, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que examina os riscos ambientais e a Agência de Vigilância Sanitária Nacional (Anvisa), que avalia os riscos para a saúde humana.

Existem grandes diferenças entre os cultivos, como solo, clima, pragas e práticas agrônômicas em todo o mundo. A BASF adapta as suas soluções para as necessidades dos mercados regionais específicos. Cada praga ou doença exige uma solução específica e todos os produtos da BASF são amplamente testados, avaliados e aprovados pelas autoridades competentes. Seguindo estas premissas, o epoxiconazol continua sendo usado com segurança desde 1993 em mais de 60 países e contribui com sucesso para manter o potencial produtivo dos cultivos recomendados.

Syngenta

1. Como a Syngenta responde às críticas de estar contribuindo para a contaminação e intoxicação de mananciais, populações e gerando a morte de abelhas e outros insetos?
2. Mais de 16 mil hectares dessas regiões foram pulverizados com o produto @Priori Xtra e @Gesaprim, que de acordo com pesquisadores da UFSC pode causar diversos tipos de câncer, devido a seus ingredientes ativos ciproconazol e atrazina.

- As populações ao redor das plantações e os trabalhadores estão seguros mesmo com o uso desses ingredientes?
3. As substâncias não são permitidas para uso na União Europeia. Por que a empresa continua utilizando-as para a fabricação de produtos que serão utilizados no Brasil?

Com relação aos questionamentos que nos trouxe, nossa resposta é a de que a Syngenta endossa o posicionamento enviado pela Croplife. A empresa corrobora todas as informações e respostas ali contidas.

Corteva Agriscience

A Corteva Agriscience desenvolve tecnologias de proteção de cultivos avançadas e alinhadas com práticas sustentáveis, ajudando o agricultor no controle de doenças, plantas daninhas e pragas. Cada um de nossos produtos passa por testes rigorosos e com metodologias internacionalmente estabelecidas antes de serem submetidos às agências reguladoras para revisão.

As exigências técnicas e científicas requeridas pelas instituições regulatórias do Brasil estão entre as mais rigorosas do mundo. Todos os nossos defensivos agrícolas devem atender ou exceder as especificações impostas pelos órgãos regulatórios locais para que possam ser registrados para uso no país.

Em relação ao fungicida Aproach®, quando aplicado por via aérea nas lavouras de cana-de-açúcar (uso aprovado, conforme indicação na bula do produto), atua especificamente no controle da ferrugem-alaranjada (*Puccinia kuehnii*). O produto é uma importante ferramenta agrícola e aprovado para uso em 33 países. Defendemos a segurança deste produto quando aplicado de acordo com as recomendações de registro e indicadas na bula.

Ouro Fino

O herbicida MegaBR cumpriu todas as etapas regulatórias e está devidamente registrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A companhia orienta os usuários a seguirem as recomendações de uso aprovadas pelo próprio Mapa, além do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), descritas na bula do produto, bem como consultarem um engenheiro agrônomo.

BAYER

A Bayer esclarece que assim como o Roundup, todos os defensivos agrícolas comercializados pela empresa estão devidamente registrados pelos órgãos reguladores brasileiros. Portanto, com base na análise de um robusto número de pesquisas e evidências

científicas, a companhia defende que o uso dos produtos são seguros para o meio ambiente e para os seres humanos, sempre que observadas as orientações contidas na bula.

FMC

O uso de defensivos agrícolas para controle de pragas e doenças é uma prática regulamentada e uma ferramenta de manejo necessária, que torna possível a produção de alimentos em larga escala para abastecimento da população. O Brasil possui legislação específica para o registro e uso de defensivos em nível federal e estadual.

O Inseticida Clorantraniliprole, assim como todos os produtos agrícolas da FMC, seguem em linha com a legislação brasileira, são aprovados seguindo os mais rigorosos critérios técnicos e este produto foi considerado apto para uso nos cultivos registrados, seguindo as recomendações da bula.

FMC é uma promotora do uso correto dos defensivos agrícolas e uma incentivadora das boas práticas agrícolas no Brasil e no mundo.

UPL

Como a UPL responde às críticas de estar contribuindo para a contaminação e intoxicação de mananciais, populações e gerando a morte de abelhas e outros insetos?

Esta é uma preocupação constante da empresa. Prova disso é a realização do programa Aplique Bem, em parceria com o Instituto Agrônômico (IAC), que treina gratuitamente agricultores e trabalhadores rurais de todo o Brasil, contribuindo para minimizar eventuais incorreções da aplicação de defensivos. A UPL vai reforçar a atenção na região, especialmente na orientação dos aplicadores de defensivos agrícolas sobre o uso correto e seguro de produtos fitossanitários, uma vez que esse tipo de insumo requer cuidados especiais, para que não haja contaminação do meio ambiente e de animais e pessoas. UPL gostaria de compartilhar que mais de 76 mil pessoas foram treinadas em 15 anos, fato inclusive reconhecido por organismos internacionais. Adicionalmente, a UPL é signatária do Programa Colmeia Viva, que desenvolve ações concretas para proteção das abelhas, tendo em vista que acredita na convivência e interação da agricultura e apicultura.

Mais de 50 hectares dessas regiões foram pulverizados com o produto @Jacaré, que de acordo com pesquisadores da UFSC pode causar diversos tipos de câncer, devido a seus ingredientes ativos 2,4-D e picloram. As populações ao redor das plantações e os trabalhadores estão seguros mesmo com o uso desse ingrediente?

Os produtos comercializados pela UPL a seus parceiros resultam de pesquisas científicas que comprovam sua segurança e eficácia quando aplicados segundo orientações descritas nas bula e sobre culturas validadas pelos órgãos competentes. Além disso, seguem a legislação vigente, passando por rigorosos testes e avaliações antes de sua liberação e

disponibilização aos agricultores, processo que envolve o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O ingrediente ativo 2,4-D passou por um longo processo de reavaliação pela ANVISA, de 2006 a 2019, em que a agência avaliou diversos aspectos e possíveis efeitos, inclusive a carcinogenicidade do 2,4-D. A decisão da ANVISA em 2019 foi pela manutenção da molécula, concluindo que o 2,4-D não possuía características proibitivas de registro.

A UPL reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, fundamento de seu trabalho global, investindo na disseminação de informações e treinamentos para que profissionais da agronomia e trabalhadores do campo possam utilizar de forma correta e segura os seus produtos. Apenas o uso correto e seguro dos insumos é garantia de meio ambiente e seres vivos protegidos e de alimentos com qualidade e abundância para a população brasileira e mundial. Informamos ainda que todas nossas bulas, bem como todas nossas comunicações de produtos aos agricultores, são acompanhadas de dizeres legais que ressaltam a obrigatoriedade de sempre consultar um engenheiro agrônomo.